

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2012

Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, peculato, e os crimes contra licitações, quando a prática estiver relacionada com contratos, programas e ações nas áreas da previdência social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**
.....

VIII – formação de quadrilha, corrupção passiva ou ativa, ou peculato (arts. 288, 312, 317 e 333), quando a prática estiver relacionada com contratos, programas ou ações nas áreas de previdência social.

Parágrafo único. Consideram-se hediondos os crimes, tentados ou consumados:

- a) de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956;
- b) definidos nos arts. 89 a 98 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quando a prática estiver relacionada a licitações, contratos, programas ou ações nas áreas de previdência social.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Diuturnamente, assistimos estarecidos inúmeros escândalos de formação de quadrilha, corrupção, peculato e condutas proibidas cometidas

em licitações, envolvendo agentes de diversos escalões do Estado, nas áreas previdência social.

A população tem ficado atônita, principalmente diante da audácia das condutas proibidas praticadas, e com o total descaso para com a coisa pública, notadamente, quando se relaciona com fraudes de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Nacional.

O artigo 312 do Código Penal (CP) define o peculato como sendo o crime de apropriação por parte do funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou privado de que tenha a posse em razão do cargo, ou seu desvio em proveito próprio ou alheio. Comete também o crime o funcionário público, conquanto não tendo a posse, subtrai-o ou concorre para que seja subtraído próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona o cargo.

Por outro lado, a corrupção passiva materializa-se, segundo dispõe o artigo 317 do CP, ao solicitar o funcionário público ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. O crime é agravado se houver retardamento ou omissão na prática de qualquer ato de ofício ou se o pratica com infração de dever funcional. Não obstante, também pratica o crime o funcionário que deixar de praticar ou retardar ato de ofício, com infração do dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.

O art. 333 do CP tipifica o crime de corrupção ativa como oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

Vemos que são crimes graves. Assim, não podemos aceitar passivamente esse quadro de abusos. Esses crimes devem ser controlados e combatidos com a máxima efetividade, pois representam um grande risco para a manutenção do Estado Democrático de Direito.

O combate à corrupção, peculato, formação de quadrilha, e crimes ligados licitação, nas áreas previdência, não pode ser um discurso demagógico, tendo em vista seus graves efeitos deletérios para com o Estado.

A concepção de Estado Democrático fundamenta o desejo de se controlar o futuro, para que não mais ocorram casos de corrupção, em sentido lato, e o presente, para se revelarem os que já estão acontecendo ou aconteceram.

Por tais motivos, conclamamos os ilustres Pares para a provação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**